



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo **0000030-93.2020.5.09.0669**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 15/01/2020

Valor da causa: R\$ 21.950,00

Partes:

RECLAMANTE: LUCIANO FLORIANO DE SOUZA

ADVOGADO: GUILHERME COSTA TERCEIRO

ADVOGADO: FABRICIO HENRIQUE DIAS PAIVA

RECLAMADO: FABIO MARIANO DE MORAIS - PRESTACAO DE SERVICOS DE APANHA DE FRANGO

RECLAMADO: EVANDRO LIMA FURTADO - EF TRANSPORTES

RECLAMADO: GRANJEIRO ALIMENTOS LTDA

ADVOGADO: JOAO MARCOS CREMONEZI ROCHA

PERITO: VANDIR BOKORNI FERNANDES

TERCEIRO INTERESSADO: MEIRE CRISTIANI MERICI



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE PORECATU

Autos: 0000030-93.2020.5.09.0669

Autor: Luciano Floriano de Souza

Réu: Fabiano Mariano de Moraes - Prestação de Serviços de Apanha de Frango e outros (3)

Valor da execução em 18/01/2022: R\$ 71.788,38.

AUTO DE PENHORA e AVALIAÇÃO

No dia 01/02/2022, às 15:15h, compareci no endereço indicado e penhorei e avaliei o seguinte imóvel:

Descrição oficial - Área de terras medindo 600 m², Lote 113-A-I-4, sem benfeitorias, situado na Rua Acre, nº 144, na cidade de Lupionópolis, Estado do Paraná, com divisas e confrontações constantes na matrícula nº 12.340 do CRI de Centenário do Sul - PR.

Matrícula - 12.340 do Cartório de Registro de Imóveis de Centenário do Sul - PR.

Características do imóvel - Não há benfeitorias. O imóvel se situa na área urbana da cidade, próximo às principais ruas e avenidas, e está sendo utilizado para plantação de sorgo-vassoura.

Avaliação - Após pesquisa comparativa de preços no mercado imobiliário da região, levando-se em conta as características da propriedade, avalio o bem em **R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)**.

Mayara Magro Lage
Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

AUTO DE DEPÓSITO

Após realizada a penhora como consta no respectivo auto, depusitei os bens nas mãos da seguinte pessoa: Evandro Lima Furtado, que se compromete a guardar e conservar os bens e a não abrir mão deles ou agregar-lhes quaisquer ônus sem autorização judicial, sob as penas da lei.

Mayara Magro Lage
Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

